

AO JUIZO DE DIREITO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO RECANTO DAS XXXXXXXX-UF

Ação Penal nº

Autor: XXXXXXXXXXXX

Réu: FULANO DE TAL

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos em epígrafe, sob o patrocínio da Defensoria Pública do Distrito Federal, vem, à presença de Vossa Excelência, oferecer, na forma do artigo 600, *caput*, do Código de Processo Penal, as anexas

RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO.

Requer-se, portanto, a juntada das razões anexas, abrindo-se vista ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para que ofereça as contrarrazões ao recurso e, após, a remessa dos autos ao e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para apreciação do recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

XXXXXXXXXXXX
Defensora Pública

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXXXXXXX

Ação Penal nº

Autor: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Réu: FULANO DE TAL

RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO

COLENDIA TURMA:

1. RESUMO DOS FATOS.

Trata-se de ação penal pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em face de FULANO DE TAL, a quem foi imputada a prática das infrações penais descritas no 147 (três vezes) do Código Penal, artigo 24-A (duas vezes), *caput*, da lei nº 11.340/2006, todas em contexto de violência doméstica e familiar.

Após regular instrução, o Juízo *a quo* prolatou sentença id - julgando, parcialmente, procedente a pretensão acusatória. O acusado foi absolvido do crime previsto no artigo 24-A, *caput*, da lei nº 11.340/2006 ocorrido no dia 14/05/2020 e condenado pelas demais infrações penais.

Em razão da condenação id - , foi aplicada a pena privativa de liberdade de 1 ano e 1 mês a ser cumprida em regime inicial semiaberto.

O acusado, inconformado com a sentença condenatória, interpôs recurso de apelação id - . Vieram os autos para apresentação das razões recursais.

2. MÉRITO: ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO.

2.1 INSUFICIÊNCIA DE PROVAS.

Em que pese a sentença condenatória proferida id - , pugna-se pela absolvição do acusado, uma vez que o acervo probatório produzido não se mostra suficiente para afirmar que o réu tenha praticado as condutas narradas na denúncia.

Em seu interrogatório, o réu negou a ocorrência dos delitos. Os depoimentos prestados pela ofendida e pelo informante FULANO DE TAL apresentam incongruências significativas que lhes retiram a credibilidade necessária à formação de um juízo de certeza acerca da procedência da pretensão acusatória. Inicialmente, é importante observar que a denúncia atribui ao acusado a autoria de fatos ocorridos em três dias distintos:

3. PRIMEIRA SÉRIE DE FATOS (art. 147, caput, CP):

Quanto à primeira série de fatos, a sentença deve ser reformada pelos seguintes motivos:

Na primeira série de fatos, ocorrida em 02/05/2020, a peça acusatória afirma que Fulano efetuou uma ligação telefônica e, durante a ligação, “ameaçou FULANO DE TAL com os dizeres: ‘eu estou sabendo que você está namorando. Eu vou matar você e o seu namorado.’” No entanto, ao prestar o seu depoimento em sede judicial, FULANO DE TAL apresentou uma versão completamente diversa daquela que havia prestado anteriormente em sede policial.

Declarou a ofendida a este juízo que, no dia dos fatos, “o réu compareceu à residência da vítima e afirmou: eu sei que você está namorando. Eu vou matar você e seu namorado”. Frise-se que, diante da flagrante incongruência, a Defesa insistiu em que a ofendida esclarecesse a dinâmica do ocorrido, tendo esta reiterado que as supostas ameaças teriam se dado presencialmente (id , 08min30).

Ocorre que o depoimento da vítima prestado em juízo difere drasticamente daquele prestado à autoridade policial, ocasião em que não foi feita menção à presença do requerido na residência da vítima e muito menos que ele a teria ameaçado na sua presença. Neste mesmo sentido, a denúncia formulada pelo órgão acusatório

não faz nenhuma menção a ameaças proferidas pelo acusado na residência da vítima e tampouco que tivesse encaminhado mensagens.

Não se pode olvidar que um dos princípios da atividade jurisdicional é a correlação entre a acusação e a sentença, segundo o qual a atividade de cognição judicial deve estar restrita aos fatos narrados na peça acusatória.

No presente caso, observa-se que a dinâmica dos fatos trazida pela ofendida em juízo é completamente diferente daquela que havia sido inicialmente levada ao conhecimento da autoridade policial: em um primeiro momento se afirmou que as ameaças teriam sido proferidas em uma ligação telefônica; posteriormente, se afirmou que as ameaças teriam sido proferidas presencialmente na residência da vítima.

Conforme dito, as contradições no depoimento da vítima retiram qualquer base sólida para a formação do convencimento judicial acerca da prática do delito. Mais do que contraditório, no entanto, o depoimento da vítima prestado em juízo negou os fatos que foram trazidos na denúncia, restando impossível, portanto, o acolhimento da pretensão acusatória quanto a estes fatos.

3.1. SEGUNDA SÉRIE DE FATOS (art. 147, caput, CP)

O decreto condenatório deve ser reformado pelos seguintes motivos:

Na segunda série de fatos, traz a peça acusatória que, no dia 14/05/2020, FULANO DE TAL “encaminhou mensagens de áudio, ao celular de uma das filhas (FULANO DE TAL – onze anos de idade). Após ouvir os áudios, FULANO DE TAL relatou o conteúdo das mensagens a vítima. Nos áudios enviados para o celular de FULANO DE TAL, FULANO DE TAL direcionou ameaças a FULANO DE TAL, ameaçando-a com os dizeres “FULANO DE TAL, eu não mais nada a perder, é matar ou morrer, eu vou matar todo mundo!”.

Em seu depoimento judicial, a respeito dos fatos ocorridos na referida data, FULANO DE TAL mais uma vez traz um relato completamente diferente daquele que constou do inquérito policial. No arquivo de áudio do id , aos 04min58, declarou FULANO DE TAL que “estava em casa com os meninos e aí ele chegou bêbado e nervoso, queria levar os meninos e era sempre essa guerra”.

No entanto, o depoimento prestado em sede policial não faz nenhuma menção ao fato de que o acusado teria ido à residência da vítima naquele dia.

Em seguida, alega a depoente que “recebeu uma ligação e também uma mensagem” e afirma que viu estas mensagens no celular da sua filha. No entanto, consta do depoimento prestado em sede policial (id) que “FULANO DE TAL enviou as mensagens e apenas FULANO DE TAL ouviu e veio lhe contar, porém as mensagens foram apagadas por FULANO DE TAL”.

Vê-se que os depoimentos da ofendida não guardam a mínima consistência. Como é possível que, em um depoimento prestado apenas 5 dias depois dos fatos, a vítima declare que não ouviu tais mensagens e que elas só foram ouvidas por sua filha, mas após 3 meses, afirme que não apenas viu a mensagem como também recebeu uma ligação do acusado? As diferentes versões se excluem mutuamente, evidenciando que a versão da vítima foge da realidade.

3.2. TERCEIRA SÉRIE DE FATOS (art. 147, caput, CP; art. 24-A).

Na terceira série de fatos, ocorridos em X/X/X, alega a acusação que FULANO DE TAL descumpriu as medidas protetivas e “apareceu na porta da residência” de FULANO DE TAL, bem como a ameaçou com os dizeres: “eu vou preso e quando sair vou matar sua família inteira, vou fazer uma chacina aqui”.

Sobre tal ocorrido, cada depoimento colhido nos autos traz uma versão diferente sobre a dinâmica dos fatos. Na Delegacia

de Polícia, no dia X/X/X (id , p. 1), a ofendida FULANO DE TAL prestou depoimento à autoridade policial ocasião em que, curiosamente, não noticiou os crimes que supostamente teriam acontecido na sua presença há apenas dois dias, em que pese tenha noticiado fatos ocorridos no dia X/X/X. A notícia do crime à autoridade policial foi feita pelo seu irmão (id , p. 15), que prestou o seguinte relato:

“Que no dia 18 de maio foi dormir na casa da mãe para que ela não ficasse sozinha, pois FULANO DE TAL já havia saído do local escondida com os filhos, devido as ameaças, quando FULANO DE TAL, de manhã, foi até o local e procurou por FULANO DE TAL, momento em que respondeu que ela não estava em que inclusive ele não deveria estar lá, já que FULANO DE TAL tem medida protetiva. Que FULANO DE TAL ficou muito nervoso e disse que ia matar todo mundo, lhe injuriou de ‘desgraçado, filha da puta e que ninguém ia impedi-lo de ir até lá”.

Ao prestar o depoimento em juízo, contudo, o informante trouxe uma versão nova dos fatos:

“Que precisava dormir lá [na casa da vítima], porque não tem nenhum homem lá, que mora só minha mãe, ela e as crianças (...) que minha mãe ficou o tempo todo dentro de casa (...) que só quem ouviu fui eu e a FULANO DE TAL (...) que ela saiu depois (...) que os meninos estavam lá dentro [da residência], provavelmente eles tenham ouvido”.

Note-se que, em seu primeiro depoimento, FULANO DE TAL declarou à autoridade policial que a FULANO DE TAL não estava na casa, “pois FULANO DE TAL já havia saído do local escondida com os filhos”. Já em seu segundo depoimento, ele afirma que Luma

estava presente e que precisou dormir na casa para que as mulheres e crianças não ficassem sozinhas no local.

Afinal, FULANO DE TAL e as crianças estavam presentes ou não no local dos fatos?

Já a ofendida FULANO DE TAL que se manifestou acerca destes fatos apenas perante este juízo, trouxe também uma versão diferente acerca dos fatos.

Declarou a vítima que estava na “casa dos outros” e que, no dia dos fatos, pela manhã, foi em sua casa para pegar roupas e comida na companhia do seu irmão e da sua mãe. Questionada ainda sobre a presença das crianças, FULANO DE TAL afirmou que as crianças não estavam presentes.

É notório, pois, que os depoimentos da ofendida e da testemunha são permeados por contradições a respeito dos fatos ocorridos. Em um primeiro momento, disse a testemunha FULANO DE TAL que a ofendida não estava na residência, pois ela teria saído da residência escondida com as crianças. Depois, afirma a testemunha que dormiu na residência para fazer companhia à ofendida e às crianças.

A ofendida, por sua vez, traz uma terceira versão para os fatos e afirma que não dormiu na residência, mas apenas esteve lá para buscar mantimentos, e negou que as crianças estivessem no local dos fatos, quando a testemunha FULANO DE TAL declarou expressamente “que os meninos estavam lá dentro”.

As contradições são tantas que é impossível acreditar nestes relatos, especialmente considerando que se tratam de fatos recentes ocorridos há pouco mais de três meses.

Não se desconhece o entendimento segundo o qual, nos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, a palavra da vítima possui especial relevância na formação do convencimento judicial.

O entendimento consagrado na jurisprudência, contudo, deve ser devidamente contextualizado à luz da dinâmica dos fatos,

sob pena de se consagrar verdadeira prova tarifada no processo penal, em que a versão de uma das partes possui maior valor que as demais.

No presente caso, as divergências nos depoimentos da ofendida e do seu irmão evidenciam que os seus depoimentos não correspondem à verdade dos fatos. Como cediço, quem acusa tem que provar e, no âmbito da Ciência Penal, o ônus probandi da existência do fato criminoso cabe ao Ministério Público, pois é o deflagrador da ação penal, cabendo-lhe provar em juízo a verossimilhança e procedência de suas afirmações constantes da denúncia.

Em relação ao acusado, polo passivo da relação penal, não bastasse a impossibilidade lógica da prova negativa, sobre ele não pode recair o ônus da prova, uma vez que a Carta Maior lhe assegura no art. 5º, inciso LVII, a presunção de inocência.

Também no campo probatório, é pressuposto inafastável que a prova válida à comprovação de culpabilidade, de demonstração de autoria, é somente a prova judicial, aquela produzida com todas as garantias do devido processo legal, único substrato do qual o julgador pode extrair sua convicção (art. 155 do CPP).

Dentro destas premissas, in casu, o que se vê é que a prova produzida em juízo, quando contraposta aos elementos de informações colhidos na fase inquisitorial, não comprovam as alegações constantes da peça acusatória.

Em casos semelhantes o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios decidiu que:

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. AMEAÇA. PRELIMINAR DE NULIDADE. REJEITADA. AUTORIA E MATERIALIDADE NÃO COMPROVADAS. NEGATIVA DE AUTORIA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. APLICAÇÃO. ABSOLVIÇÃO.

POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA.

1. Ainda que o crime seja cometido em contexto de violência doméstica, em que a palavra da vítima possui especial valor, faz-se necessário que tal palavra seja harmônica e coerente mormente quando confrontada com as demais provas dos autos. 2. Verificada a insuficiência de provas coligida aos autos e havendo dúvidas sobre a ocorrência da ameaça, viável a aplicação do princípio *in dubio pro reo* e a consequente absolvição do réu. 3. Apelação conhecida e provida.

(TJ-DF 00046974220178070020 DF 0004697-42.2017.8.07.0020, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, Data de Julgamento: 10/06/2021, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no Pje : 13/06/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Destarte, diante da dúvida fundada acerca da dinâmica do ocorrido, deve-se homenagear o princípio *in dubio pro reo* com vistas à prolação do decreto absolutório, devendo prevalecer a garantia da liberdade frente à pretensão punitiva do Estado.

4. DA DOSIMETRIA DA PENA.

4.2. CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS: AGRAVANTES.

DA DESPROPORÇÃO NA EXASPERAÇÃO DA PENA EM VIRTUDE DAS AGRAVANTES APLICADAS.

A- CRIMES DE AMEAÇA.

Subsidiariamente, a dosimetria da pena deve ser revista em relação à aplicação das agravantes relacionada ao crime de Ameaça.

É que a magistrada, após reconhecer a aplicação de três

agravantes, exasperou A PENA EM 1 mês e 20 (vinte) dias que é mais do que 1/6 da pena mínima do crime de ameaça para cada agravante.

Fundamentando o pleito defensivo seguem os seguintes precedentes do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ei-los:

Ameaça. Violência doméstica. Provas. Circunstância agravante. Fração de aumento. 1 - Nos crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar, na maioria das vezes sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima tem especial relevância, sobretudo quando corroborada pelas demais provas dos autos. 2 - O depoimento da vítima, firme e harmônico, observado o contraditório e a ampla defesa, é suficiente para amparar o decreto condenatório, sobretudo porque corroborado pelos "prints" das mensagens enviadas pelo réu, ameaçando-a de morte, não se exigindo prova da titularidade da linha telefônica de onde partiram as mensagens. 3 - Predomina no e. STJ e neste Tribunal o entendimento de que o aumento para cada agravante deve ser de 1/6. Aumento em fração superior exige fundamentação concreta. 4 - Apelação provida em parte. DAR PARCIAL PROVIMENTO. UNÂNIME.

Classe do Processo:
07094601020198070009 - (0709460-10.2019.8.07.0009 - Res. 65 CNJ)

Registro do Acórdão Número: 1312004
Data de Julgamento: 21/01/2021 Órgão
Julgador: 2ª Turma Criminal Relator: JAIR SOARES Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no PJe : 29/01/2021 .
Pág.: Sem Página Cadastrada.

Destarte, requer-se a redução do *quantum* majorado, observando-se o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, de forma que seja aplicado o *quantum* de 1/6 para a agravante

No mais, há dúvida acerca do *quantum* aplicado, uma vez que a magistrada ora fala em 1 mês e ora aplica o aumento de 1 mês

e 20 (vinte) dias.

B-CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS.

A dosimetria da pena também deve ser revista em relação ao crime de descumprimento de medida protetiva, uma vez que, após reconhecer a aplicação de uma agravante, a juíza exasperou A PENA EM 3 meses que é mais do que 1/6 da pena mínima do crime.

Confira-se o entendimento jurisprudencial:

Ameaça. Violência doméstica. Provas. Circunstância agravante. Fração de aumento. 1 - Nos crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar, na maioria das vezes sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima tem especial relevância, sobretudo quando corroborada pelas demais provas dos autos. 2 - O depoimento da vítima, firme e harmônico, observado o contraditório e a ampla defesa, é suficiente para amparar o decreto condenatório, sobretudo porque corroborado pelos "prints" das mensagens enviadas pelo réu, ameaçando-a de morte, não se exigindo prova da titularidade da linha telefônica de onde partiram as mensagens. 3 - Predomina no e. STJ e neste Tribunal o entendimento de que o aumento para cada agravante deve ser de 1/6. Aumento em fração superior exige fundamentação concreta. 4 - Apelação provida em parte.

DAR PARCIAL PROVIMENTO. UNÂNIME.

Classe do Processo:
07094601020198070009 - (0709460-10.2019.8.07.0009 - Res. 65 CNJ) Registro do Acórdão Número: 1312004

Data de Julgamento: 21/01/2021 Órgão

Julgador: 2ª Turma Criminal Relator: JAIR SOARES

Data da Intimação ou da Publicação:
Publicado no PJe : 29/01/2021 . Pág.: Sem
Página Cadastrada.

5. DO PEDIDO.

Ante o exposto, o acusado **FULANO DE TAL** vem requerer seja conhecido e provido o presente recurso para que seja julgada improcedente a ação penal, absolvendo-o com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, acerca da dosimetria da pena, a reanálise da dosimetria da pena a fim de que haja a aplicação da fração máxima de 1/6 para exasperação da pena das circunstâncias legais aplicadas tanto para o crime de ameaça, quanto para o crime de descumprimento de medidas protetivas.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

XXXXXXXXXXXX

Defensora Pública do UF